

José Macedo Barros

O meu muito boa tarde a todos os presentes.

Ainda bem que este Congresso se pode realizar e que seja no fundo uma rotina daqui em diante. Porque obviamente a evolução faz-se de mentalidades e as mentalidades essas estão em constante evolução.

Contrariamente à opinião ou provocação lançada para este Congresso, Portugal não está melhor, antes padece das enfermidades de sempre ligadas à conduta pessoal e produzida pela mentalidade anti-social dos que se negam aos outros e que causam prejuízo ao nível da chamada justiça social.

O que melhorou foi a força do avanço económico do pós-guerra mundial que resultaria em qualquer sistema administrativo sujeito ao choque cíclico da economia global. O que piorou encontra-se já na esfera das doenças psíquicas, pelo que observamos cada vez mais portugueses rendidos ao culto dos preconceitos, à camuflagem da hipocrisia e da cobardia, à mediocridade e mesquinhez. Traduzidos em ciúmes, inveja, egoísmo, e sobretudo no desvio comportamental a vários níveis funcionais, psicofisiológicos.

Podemos julgar que o actual sistema pode ser um claro domínio do demo, no entanto a ideia presente à criação da democracia deve ter sido mais de domínio governativo exercido por uma facção tribal ou cantão que resultou em governo representativo, posteriormente em governo popular pois que em essência somos todos povo.

As sucessivas insatisfações no seio dos mais prejudicados acabou por originar novos modelos apelidados de democracia directa, à semelhança das nossas congregações de compadres e, mais recentemente, de democracia participativa, interessando todas as forças sociais na resolução dos problemas, pela acção da discussão aberta até à síntese construtiva de vias consensuais.

A necessidade de democracia tem conduzido sistematicamente à revolução, desde que é entendida como um acto de revolver consciências e norteá-las para a coesão social que só será possível pela limitação e atenuação do egoísmo e dos comportamentos anti-sociais.

Tem sido entendida como insurreição, tumulto e turbulência desencadeado para afastar as elites, apenas interessadas em criar riqueza obviamente à custa do empobrecimento dos clientes e dos contribuintes, no constante fluxo de capitais engenhosamente tecido.

De qualquer modo a revolução objectiva a modificação de políticas e até das instituições estatais, mas tem pecado sempre por não realizar transformações profundas por meio de abordagens científicas ligadas ao fundo natural da nossa espécie.

Basicamente a revolução faz-se em torno de um eixo de orientação ou ponto de referência ainda não determinado, pois que nos encontramos apegados às coisas mesquinhas da nossa existência pagã, tolhidos pelas vaidades, todos sem consciência da nossa verdadeira condição, esmagados pela realidade do enigma cósmico.

Mas, entretanto, assistimos ao desastre da democracia representativa parlamentar, pois que houve massificação dos candidatos sem qualquer preparação cuidada. O ingresso na militância partidária dá-se ao acaso, sem conhecimento da ideologia partidária e sem convicções próprias e profundas e meramente no âmbito da resolução dos seus problemas socioprofissionais individuais onde apenas tem interessado o exercício do poder como forma de

conseguir influenciar o próprio destino e os respectivos sucessos económicos. A progressão na carreira política é conseguida muitas vezes por favorecimentos sem qualquer avaliação de valores essenciais ao desenvolvimento da sociedade. Paulatinamente qualquer sistema administrativo da sociedade vai sendo posto ao serviço da consolidação de novas burguesias apostadas nas relações de influência interpessoais para troca de benefícios.

A obsessão maior tem sido o pagamento de favores em cadeia com o notório prejuízo dos que não se vendem ao dinheiro, quase sempre na alta-rodada empresarial se constituem grupos fechados de partilha de recursos financeiros provenientes de capitais de satisfação do investimento público.

Fica assim montada a rede de mediocridades e facilidades, as elites assim constituídas acabam por proteger-se e por isto são objecto de maior preocupação as reivindicações dos servidores do Estado, do que as reivindicações dos portugueses servidos.

Por exemplo é escandalosa a colocação dos professores mas não é referido o problema principal dos alunos e dos pais decorrente da falta de trabalho docente em dedicação exclusiva. É um escândalo o não pagamento de horas extraordinárias aos médicos, mas não é referido o problema principal dos doentes decorrentes daquele mesmo tipo de falta.

É escândalo termos de pagar cinco euros pela hora de trabalho da mulher-a-dias, mas ninguém se preocupa que se cobrem sessenta euros por uma sessão técnica de 20 minutos. É sempre mais escandaloso aquilo que não nos fazem do que aquilo que não fazemos pelo bem dos outros.

Cada ciclo político serve para contrariar o anterior, pois que a luta de classes permanece, mas dominam aqueles que se instalam nos cargos cimeiros da administração, sobreviventes aos corpos ministeriais que se alteram constantemente.

Pagar e dar é criar um fluxo que poderá no sentido de uma expropriação e acumulação dirigidas por isso à manutenção cada vez mais revoltante de níveis salariais baixos e de níveis de preços altos que reforçam aquele propósito.

Por isso a artificialização de crises que contribuem para o propósito de reestruturações macroeconómicas e para contrariar determinadas situações de movimentação de capitais e posse de património.

Esta situação origina graves desequilíbrios que aumentam a revolta, a conspiração e a congeminação do termo do ciclo político vigente. Por norma é no interior das próprias instituições estatais mais esclarecidas que emergem os movimentos revolucionários drásticos que originam o afastamento de pessoas e o ocaso das burguesias proeminentes.

Estaremos nessa iminência? Os conflitos competitivos em torno da acumulação de bens permanecem e o autismo dos mais poderosos também, à custa de falsos argumentos. Falo-vos da pobreza dos mais ricos e da sua incapacidade de compreender ao que devem todos os seus bens, de facto tudo o que temos à excepção das nossas aptidões naturais intrínsecas devemos aos outros.

Uns pagam-se demasiadamente bem e outros nem sequer se pode dizer que recebem alguma coisa de sustentável para as suas vidas. Outros tempos, mas as mesmas formas de escravizar o nosso semelhante pela ambição desmedida. A este propósito é fácil perceber a política dos mais avançados que

para manterem o seu nível actual de conforto necessitam de se apropriar dos recursos energéticos de outros países. Precisamos de facto de uma nova revolução e acredito que a próxima será operada a um nível diferente, levada a cabo pelos que conseguirem libertar-se de tudo o que de negativo temos no nosso carácter.

Os dirigentes fazem os dirigidos, o exemplo vem sempre de cima. E o que nos chegam agora são do pior possível, traduzidos em notícias de escândalo e afronta à condição humana. Portanto, não nos têm sido úteis as revoluções tradicionais abruptas, resta-nos traçar um rumo perspectivando o próprio enigma da vida e o seu sentido, subjacente à continuidade da nossa espécie no universo.

Tal como somos nunca poderemos aplicar a democracia, por muito que se diga que vivemos com ela pois que o direito de opção legítima e natural não existe, e convive-se muito mal com a crítica.

Não se dá oportunidade à justa reivindicação pois que é incómoda para o egoísmo de alguns, que pretendem viver muito melhor que outros e logo existe um divórcio de pensamentos e acção.

Os Portugueses não estão todos interessados nos mesmo desígnios colectivos que só podem querer-se de justiça para o bem comum, e para a realização de felicidade igual de todos, pois somos todos iguais usufrutuários deste pedacinho de terra à beira mar plantado.

Afinal onde está o desejável papel do nosso Estado?

O Estado entendido como situação ou condição em que se permanece com uma certa atitude foi inicialmente criado para planear, administrar e controlar a vida social, de modo a prover às necessidades colectivas e individuais, no sentido do Estado providência. Entende-se aqui o estadismo, mas tem-lhe faltado quase sempre a estadística, traduzida numa ciência de governação do Estado.

Estranhamente o corpo militar, um pouco rigidamente tem aplicado, o conceito de um Estado-maior onde se desenvolve a colaboração treinada, disciplinada, irresponsável de um corpo de especialistas em várias vertentes de uma função técnica presentes em dadas acções e que consiste em etapas de trabalho desde o diagnóstico da situação, traçado de objectivos ou vontades, avaliação de cenários de resolução, tomada de decisão e planeamento das acções. O que faltara à sociedade civil para conseguirem essa eficiência de trabalho? Um maior empenho? Um maior espírito de missão e salvaguarda dos interesses colectivos?

São sobretudo os órgãos de informação, na nossa actualidade por intermédio do jornalismo que tanto admiro, que lideram a agitação das consciências, inculcando a nobreza dos princípios. Não tenho dúvidas que os jornalistas travam agora uma batalha decisiva por Portugal, embora espartilhados pelo medo da represália, mas cujo a tarefa urge ajudar.

A nossa República iniciou-se com sucessivas experimentações de homens, ditos importantes parlamentares, mas ainda mal preparados para a coordenação governamental e demasiados complexados ao mando e à satisfação exclusiva dos negócios próximos da capital.

Entretanto, a ruína precipitou-nos para a austeridade e rigor de uma ditadura totalitária controlada por homens ligados às grandes iniciativas de desenvolvimento do país, embora corrigidos pela astúcia de um Governo

avisado mas demasiado preocupado a limitar o poder algo obscuro de algumas sociedades antigas.

No entanto, mais uma vez a falta de partilha do poder conduziu a uma certa revolução que nos lançou nesta aventura com o fim de aprendermos algo com o ciclo de alternâncias governamentais que apenas satisfazem ou apenas têm satisfeito ânsias de poder de diversos grupos de interesse.

Até agora temos assistido impávidos à alternância de ditaduras partidárias, onde o jogo da oposição tem desencadeado uma constante agitação ideológica contra as vontades expressas nos actos legislativos e estamos à procura de algo na essência porque a nossa alma arrasta-nos para um esquema governativo cada vez mais justo.

Ultimamente temos visto maior sensibilidade parlamentar às pressões colectivas populares e até os Governos têm cedido a outros pontos de vista, embora às vezes cedam em reivindicações injustas e outras vezes não cedam a reivindicações justas. Julgo haver agora menor insegurança de decisão, o que revela maior abertura ao espírito de participação social e de ligação a Portugal.

Resta-nos, pois, trabalhar para a sabedoria e para a afirmação do poder que nos assiste a todos. Em primeiro lugar, o conhecimento da realidade até agora oculta dá lugar à tomada de consciência que o poder se encontra sempre do lado de quem dá, seja dinheiro para pagar uma compra, seja um imposto para ser redistribuído, seja uma esmola para acudir a alguém, seja um voto para nomear alguém, seja uma atenção, seja uma crítica, seja um trabalho prestado.

Em essência tem mais poder o cliente, o contribuinte e o doador, pois decide se quer realizar os intentos do cobrador. Claramente somos todos accionistas de Portugal, pelo que não se deve excluir a vontade justa de quem é cidadão governado e coloca o seu trabalho ao serviço do bem colectivo.

Em segundo lugar, cumpre a todos aceitar as opiniões contrárias e desejá-las pois a síntese das ideias e dos consensos é a melhor forma de evoluir mais rapidamente por se descortinar e enjeitar o que seria desastroso. A este propósito a melhor forma de governação será de interessar todos os partidos e congregações nacionais de cidadãos nas acções políticas de administração para que sejam igualmente responsáveis das decisões.

Adicionalmente, e para terminar, quero dizer que é tempo de tornar mais credíveis os candidatos políticos, exigindo a sua melhor preparação académica e confrontando-os com o julgamento dos seus mandatos, em termos de avaliação do desempenho para averiguar se houve manifesta incompetência ou negligência, ou dolo, ou má fé e poder sancionar num quadro penal pecuniário em torno da devolução ao Estado das remunerações e regalias auferidas, mais as respectivas indemnizações pelos prejuízos entretanto causados aos portugueses.

Só assim se afasta os amadores e oportunistas atenuando a corrupção. Pagar com o dinheiro dos outros ainda não custa nada a ninguém.

O muito que ainda falta consiste sobretudo na definição dos códigos de conduta e critérios funcionais de cada profissão, presentes em toda a vida democrática no momento em que cada um nós serve o seu semelhante e o mundo. Tem que ver com a formulação de uma consciência democrática que deve estar presente em qualquer desempenho de trabalho, seja nas empresas privadas, seja nas associações estatais, seja nas famílias.

A alma portuguesa é universalista por termos sido os mais premiáveis à afirmação das outras culturas, as que nos invadiram e as que descobrimos. Somos o produto da síntese de culturas racionalizadas no ser de uma certa subespécie que deambulou desde as rotas glaciares até esta península onde se julga termos perdido o seu rasto. Agora estamos em condições de devolver ao mundo o melhor de nós mesmos. Em sociedade falta-nos ser verdadeiramente amigos uns dos outros.

Resta-nos, por exemplo, trabalhar dentro desta Associação no sentido de criarmos uma organização ao serviço dos interesses dos cidadãos, capaz de nortear políticas legítimas e justas e com capacidade de controlo do exercício administrativo político, pela interposição de queixas em tribunal relativas ao desempenho legislativo. Devemos também criar um grande espaço de debate, aberto aos contributos de produção literária nos temas que nos trazem aqui.

Muito obrigado a todos.